

A promoção de circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos por organizações sociais durante a pandemia da Covid-19

Bruno Scheidemantel Ganzo⁽¹⁾*, Oscar José Rover⁽²⁾

⁽¹⁾Acadêmico do curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. Rod. Ademar Gonzaga, 1346, Bairro Itacorubi, Caixa Postal 476, CEP 88040- 900, Florianópolis-SC, Brasil.

⁽²⁾Professor, Depto de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. Rod. Ademar Gonzaga,1346, Bairro Itacorubi, Caixa Postal 476, CEP 88040-900, Florianópolis-SC, Brasil.

*Autor correspondente - E-mail: brunoganzo2000@gmail.com

Resumo

Por conta das medidas de restrição impostas pelos governos para conter a pandemia da Covid-19, pequenos agricultores tiveram dificuldades na comercialização da sua produção. Adicionalmente, o desemprego e a diminuição da renda aumentaram a insegurança alimentar e nutricional, especialmente de populações urbanas mais vulneráveis. Assim, a pandemia expôs as fragilidades dos sistemas alimentares atuais. O Agroecology Fund (AEF) é um fundo de apoio a projetos agroecológicos que lançou um fundo emergencial de resposta à pandemia. Este trabalho objetivou analisar os circuitos curtos de comercialização (CCC) promovidos por ONGs e organizações de agricultores apoiadas pelo AEF durante a pandemia da Covid-19. A pesquisa se tratou de um estudo de caso predominantemente qualitativo. Foi feita uma análise dos relatórios elaborados pelas organizações. Pelo menos 3613 agricultores foram apoiados por 21 iniciativas. Os CCC promovidos foram: compra e doação; compra e venda a preços solidários; mercados populares; feiras agroecológicas; mercados digitais; lojas e quiosques; lojas móveis e pop-ups; nós de consumo; e agricultura apoiada pela comunidade. As medidas de restrição foram a principal dificuldade na execução dos CCC, além dos desafios na logística e no uso das ferramentas digitais.

Palavras-chave: medidas de restrição, mercados locais, sistemas alimentares

A promoção de circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos por organizações sociais durante a pandemia da Covid-19

Abstract

Due to restriction measures imposed by governments to contain the Covid-19 pandemic, small farmers had difficulties in marketing their production. Additionally, unemployment and declining income have increased food and nutritional insecurity, especially among the most vulnerable urban populations. Thus, the pandemic exposed the weaknesses of current food systems. The Agroecology Fund (AEF) is a fund supporting agroecological projects that has launched an emergency fund in response to the pandemic. This work aimed to analyze the short food supply chains (SFSC) promoted by NGOs and farmers' organizations supported by the AEF during the Covid-19 pandemic. The research was predominantly a qualitative case study. An analysis of the reports prepared by the organizations was conducted. At least 3613 farmers were supported by 21 initiatives. The SFSC promoted were: procurement and donation; procurement and selling at solidarity prices; popular markets; agroecological fairs; digital markets; shops and kiosks; mobile and pop-up stores; consumption nodes; and community-supported agriculture. Restriction measures were the main difficulty in conducting the SFSC, in addition to the challenges in logistics and in the use of digital tools.

Key words: restriction measures, local markets, food systems

1. Introdução

Sistemas alimentares podem ser concebidos como um sistema socioecológico acoplado, no qual a busca pela segurança alimentar influencia e é influenciada por resultados ambientais e aspectos mais amplos de bem-estar social e segurança dos meios de vida (ERICKSEN, 2008). Dentro desse sistema, Eakin (2016) destaca 6 domínios de conhecimento que abordam a agricultura e alimentos sustentáveis — segurança alimentar individual, segurança alimentar comunitária, bem-estar econômico, integridade agroecológica, mudança de terra¹ e democracia alimentar global.

Existe uma grande diversidade de sistemas alimentares, como os sistemas tradicionais de povos indígenas, os sistemas orgânicos, os agroecológicos, e os sistemas baseados na agricultura urbana (GAITÁN-CREMASCHI et al., 2018; KUHNLEIN;

¹ Eakin (2016) se refere às mudanças ambientais ocasionadas pela agricultura e que ameaçam o equilíbrio ecossistêmico

RECEVEUR, 1996; TEFFT et al., 2020). Contudo, a agricultura industrial, o modelo hegemônico, não soluciona o que os sistemas alimentares deveriam solucionar — a insegurança alimentar², e é oposta aos atributos de sustentabilidade. Por isso, a fome ainda é presente na vida de milhões de pessoas no mundo — cerca de 768 milhões de pessoas desnutridas em 2020 (FAO et al., 2021), mesmo a produção mundial de alimentos sendo teoricamente suficiente para atender a necessidade calórica de todos (ALTIERI e NICHOLLS, 2012; ROSER e RITCHIE, 2013).

A pandemia da Covid-19, iniciada em 2020 e que perdura até o presente, exigiu ação por parte dos governantes para tentar conter a disseminação do vírus. Com isso, medidas de restrição foram tomadas, como fechamento de fronteiras (entre territórios do mesmo país, e entre países), toque de recolher, redução nas horas de trabalho, limitações nos horários de funcionamento dos mercados e paralisação do transporte público (JALES, 2021). Por conta dessas e outras medidas impostas pelos governos em boa parte do mundo, pequenos agricultores, principalmente aqueles envolvidos em circuitos curtos (SILVA, 2021), tiveram dificuldades na comercialização da sua produção (SALAZAR et al., 2020). A dependência das feiras livres, a capacidade de armazenamento limitada e a característica de perecibilidade da sua produção, são algumas das razões para eles terem sido mais afetados pelas medidas de isolamento (JALES, 2021).

Os hábitos de consumo também foram afetados pela pandemia: as refeições fora de casa foram reduzidas radicalmente, ao lado que o preparo de refeições em casa aumentou. A maior demanda de alguns produtos alimentícios básicos impulsionou a inflação que, somada à retração da economia, à alta do desemprego, e à redução da renda dos trabalhadores, afetou principalmente a população de menor renda, tornando mais difícil o acesso a alimentos saudáveis (SILVA, 2021; JALES, 2021). Assim, a pandemia expôs ainda mais as fragilidades dos sistemas alimentares atuais, e o número de pessoas afetadas pela fome aumentou em cerca de 118 milhões (FAO et al., 2021).

Nesse cenário, pessoas, governos e organizações tiveram que se adaptar rapidamente para sobreviver, e para permitir o mesmo aos que mais precisam, como os pequenos agricultores com dificuldades em comercializar suas produções, e os consumidores de menor renda, com pouco ou nenhum acesso a alimentos de qualidade. Uma das soluções promovida em muitos lugares do planeta foi a promoção de circuitos curtos de comercialização (CCC),

² A segurança alimentar depende de seis dimensões: disponibilidade, acesso, utilização, estabilidade, agência e sustentabilidade (FAO et al., 2021).

aproximando agricultores e consumidores. Uma iniciativa internacional que buscou apoiar respostas neste sentido foi o Agroecology Fund, o qual apoiou 59 iniciativas de resposta aos impactos da pandemia nos sistemas agroalimentares locais. Este trabalho analisou 21 iniciativas apoiadas pelo Agroecology Fund, voltadas à promoção de CCC. A análise foi feita considerando a seguinte pergunta: quais foram os problemas, desafios e soluções em termos de circuitos curtos de comercialização (CCC) promovidos por organizações não governamentais (ONGs) e organizações de agricultores durante a pandemia da Covid-19? Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar os CCC promovidos por ONGs e organizações de agricultores apoiadas por um fundo internacional de apoio a projetos agroecológicos (Agroecology Fund) durante a pandemia da Covid-19.

Além da introdução, este trabalho está organizado em 5 partes, sendo na sequência o referencial teórico, seguido de uma caracterização do Agroecology Fund, da metodologia da pesquisa, dos resultados e discussões e, por fim, das conclusões.

2. Referencial Teórico

2.1. Comercialização de alimentos

Sendo parte dos sistemas alimentares, a comercialização de alimentos também pode ser considerada um sistema, dividido em 4 subsistemas: produção, distribuição, consumo e regulação. Dentro desses, os agricultores, intermediários, agroindústrias e consumidores são os principais atores (CRAWFORD, 1997; ROSSON, 1974). Mais além, Kohls e Uhl (1972) propõem nove funções, agrupadas em três categorias, dos sistemas de comercialização: a. funções de troca (1. compra; 2. venda); b. funções físicas (3. armazenamento; 4. transporte; 5. processamento; 6. padronização); e c. funções facilitadoras (7. financiamento; 8. tomada de riscos; 9. inteligência de mercado), sendo que se incorporada ao processo de comercialização cada uma dessas eleva o custo final do produto.

Uma das consequências do desenvolvimento econômico de uma sociedade é o aumento na complexidade dos processos de comercialização. Isso, somado à escala massiva de distribuição, e aos novos hábitos da vida moderna de comer menos em casa, reduz o contato entre produtores e consumidores, que antes era direto, passando a ser espaçado por uma cadeia de atores (CRAWFORD, 1997; DAROLT, 2013).

Assim, nos sistemas alimentares, ocorrem simultaneamente os circuitos curtos e, com maior predomínio, os chamados circuitos longos de comercialização, nos quais muitos alimentos percorrem distâncias globais até chegar na mesa do consumidor. Esses circuitos

são alimentados principalmente por uma produção que se caracteriza por uso extensivo de áreas, e alta dependência de insumos e de energia, ocasionando concentração de capital e prejudicando o cenário socioambiental dos locais onde se insere (BAVA, 2012).

2.2. Circuitos curtos de comercialização

O conceito de circuitos curtos de comercialização (CCC) tem diferentes definições, sendo adotado neste trabalho para descrever situações de distribuição de alimentos com no máximo um intermediário entre agricultor e consumidor (CHAFFOTTE e CHIFFOLEAU, 2007). Ou seja, os CCC podem possuir um intermediário, caracterizando-se como venda indireta, ou nenhum, representando a venda direta do agricultor ao consumidor (DAROLT, 2013). A venda direta na propriedade, a comercialização em feiras, mercados locais e em pequenas lojas de cooperativas, ou até mesmo o agroturismo e as compras solidárias são exemplos de CCC. De acordo com Barrionuevo et al. (2020), as formas de CCC, possuem três características em comum: relação de confiança entre agricultores e consumidores; a maior proximidade cultural e social; e o número reduzido de intermediários.

Esse modelo traz consigo algumas potencialidades, como o menor gasto em transporte e o desenvolvimento socioeconômico dos territórios locais, já que beneficia uma maior quantidade de agricultores e trabalhadores rurais por área (BAVA, 2012). A produção de alimentos em pequenas propriedades pode permitir uma maior produtividade³, além de possuir uma maior biodiversidade natural e alimentar (RICCIARDI et al., 2021). Adicionalmente, por reduzirem a margem dos intermediários, os CCC podem permitir alimentos com preços mais justos, tanto para os agricultores, como para os consumidores (RODRÍGUEZ e ZULUAGA, 2021; ROVER, RAMOS e MIRANDA, 2020). Os CCC também favorecem modelos mais sustentáveis de agricultura, representando a “conectividade”, um dos 13 princípios da agroecologia, que trata de “assegurar a proximidade e a confiança entre produtores e consumidores por meio da promoção de redes de distribuição justas e curtas e da reinserção dos sistemas alimentares nas economias locais” (HLPE, 2019).

³ A metanálise de Ricciardi et al (2021) sugere a disponibilidade de mão-de-obra familiar como razão da maior produtividade em pequenas propriedades.

2.3. Agroecologia

A agroecologia pode ser considerada uma ciência que integra os conhecimentos da agronomia, ecologia e do saber popular, devendo ser concebida de acordo com as especificidades de cada local (PACHECO, 2012). De outra forma, Altieri (2010) define a agroecologia como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Ainda, a agroecologia pode ser considerada um movimento, político ou não, promovido por agricultores e pela população local, e apoiado por organizações sociais, que preza, além da produção aliada à preservação ambiental, a valorização da autonomia e saber dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais, além do desenvolvimento rural sustentável (WEZEL et al., 2009).

Mais recentemente, a partir da literatura científica e de uma série de seminários regionais organizados pela FAO (2018), foram sintetizados os 10 elementos da agroecologia, sendo eles divididos em três grupos: 1- Características dos sistemas agroecológicos, práticas fundamentais e abordagens de inovação (diversidade; sinergias; eficiência; resiliência; reciclagem; co-criação e compartilhamento de conhecimento); 2- Recursos de contexto (valores humanos e sociais; cultura e tradições alimentares); 3- Ambiente favorável (governança responsável; economia circular e solidária).

A FAO também define a agroecologia como:

Uma abordagem integrada que aplica simultaneamente conceitos e princípios ecológicos e sociais ao projeto e gestão de sistemas agrícolas e alimentares. Busca otimizar as interações entre plantas, animais, humanos e o meio ambiente, levando em consideração os aspectos sociais que precisam ser atendidos para um sistema alimentar sustentável e justo (2018, p.1).

Com base nos elementos da FAO (2018), HLPE (2019) elaborou uma lista de 13 princípios da agroecologia, sendo eles: 1. Reciclagem; 2. Redução de insumos; 3. Saúde do solo; 4. Saúde animal; 5. Biodiversidade; 6. Sinergia; 7. Diversificação econômica; 8. Co-criação do conhecimento; 9. Valores sociais e dietas; 10. Equidade; 11. Conectividade; 12. Governança de terras e recursos naturais; 13. Participação.

2.4. Organizações de agricultores e ONGs

Embora pequenos agricultores e agricultores ecológicos possam ter custos de produção competitivos, esses possuem um acesso limitado aos mercados. Os gastos na comercialização podem ser maiores, especialmente pelo uso dos seus próprios veículos para

atender feiras urbanas (DEININGER e BYERLEE, 2012; FERNANDES e WOODHOUSE, 2008). Somando-se a isso, a diversidade, a escala, e a regularidade de fornecimento desses agricultores muitas vezes são insuficientes e prejudicam a negociação com os intermediários (ROVER, RAMOS e MIRANDA, 2020). Dessa forma, as organizações de agricultores facilitam a comercialização de alimentos ecológicos e/ou produzidos por pequenos agricultores (BEBBINGTON, 1999). Adicionalmente, muitas organizações não governamentais (ONGs) exercem papel fundamental no apoio aos pequenos agricultores e aos mercados locais, e lutam para promover uma agricultura ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável (ALTIERI, 2010).

Porém, ainda que as organizações de agricultores e as ONGs sejam essenciais na promoção de CCC, existe uma diferença entre as iniciativas criadas pelos agricultores e aquelas estabelecidas por ONGs. Enquanto as primeiras estão fundamentadas na proeminência das organizações, as outras dependem dos projetos. Isso pode influir no sucesso das experiências no curto prazo e na sustentabilidade a longo prazo. Ademais, as ações de ONGs e de organizações de agricultores são complementares, e a articulação entre elas pode resultar em iniciativas bem-sucedidas (BARRIONUEVO et al., 2020).

2.5. Ferramentas digitais

A adoção de ferramentas digitais pelos sistemas agroalimentares caracterizam a chamada digitalização da agricultura (ROLANDI et al., 2021). Esse processo foi acelerado pela pandemia da Covid-19, especialmente quanto ao comércio eletrônico, como forma de adaptação às condições impostas por ela. Mais além, Fazzone e Orrego (2021) reconhecem as plataformas de comércio eletrônico como um novo conceito de CCC, já que elas permitem uma maior proximidade entre agricultores e consumidores, podendo servir como canal de comercialização direta, principalmente por meio das redes sociais, como *WhatsApp* e *Facebook*, ou aplicativos de terceiros. Logo, por reduzir o número de intermediários, as ferramentas digitais possuem o potencial de criar oportunidades de mercado com preços justos, além de facilitar a comunicação e inclusão, assim podem contribuir para a redução da distância social entre o rural e urbano (FAO, 2019; FAO e CEPAL, 2020). Do lado dos consumidores, a digitalização da agricultura pode ser benéfica ao permitir a rastreabilidade e favorecer a qualidade, o acesso e bons preços dos alimentos (FAO e CEPAL, 2020).

Contudo, deve-se atentar para que a digitalização seja inclusiva. O sucesso desse processo depende de condições básicas, como infraestrutura e conectividade, acessibilidade,

educação e apoio institucional. Essas condições não são atendidas na maioria dos países mais pobres, e principalmente, nas áreas rurais. Na América Latina e no Caribe, por exemplo, mais da metade das famílias rurais não possuem acesso à internet (SOTOMAYOR, 2021). Assim, tem-se o risco de a digitalização da agricultura ser um processo excludente, prejudicando pequenos agricultores quanto a sua competitividade (FAO, 2019; MUGGAH; ROHOZINSKI e GOLDIN, 2020).

3. Agroecology Fund

O Agroecology Fund (AEF) é um fundo global de apoio à agroecologia que conta com aportes financeiros de 35 fundações filantrópicas dos EUA e Europa. Sua missão é contribuir para a construção de sistemas alimentares resilientes e promover o bem-estar das pessoas e do planeta. Assim, por meio da promoção da agroecologia, o Fundo busca melhorar o bem-estar econômico e promover os direitos humanos dos agricultores familiares, povos indígenas e suas comunidades. Entre os anos de 2012 e 2019, o AEF concedeu mais de 6 milhões de dólares a 49 iniciativas, envolvendo cerca de 293 organizações em mais de 60 países.

Em abril de 2020, o Fundo lançou uma chamada de apoio emergencial a ações de resposta à pandemia da Covid-19. Essa chamada contou com um orçamento de cerca de 1 milhão de dólares, apoiando 59 iniciativas nas Américas, África, Ásia e Europa. As iniciativas foram executadas por organizações sociais, parte dessas envolvendo populações que já se encontravam anteriormente em situação de insegurança alimentar, por conta de problemas como eventos climáticos extremos, conflitos, e dificuldades socioeconômicas. A chamada abrangeu seis ações prioritárias: (a). facilitar a entrega de alimentos de produtores rurais (que podem ter perdido mercados) para consumidores urbanos (que podem ter perdido o emprego), especialmente para as populações mais vulneráveis, em locais onde existem redes de solidariedade estabelecidas e emergentes, para aliviar a crise humanitária; (b). revitalizar mercados por meio do fortalecimento dos sistemas alimentares de base comunitária, conectando produtores agroecológicos e consumidores que vivem nas áreas urbanas; (c) fortalecer a produção de alimentos dos agricultores agroecológicos; (d) apoiar a agricultura urbana; (e) defender os direitos humanos básicos em face das restrições dos governos; (f) ações voltadas à garantir a responsabilização dos governos em relação às necessidades dos pequenos agricultores e população vulnerável, por mecanismos de ajuda pública e pacotes de estímulo (AGROECOLOGY FUND, 2020).

Este trabalho analisa 21 iniciativas apoiadas pelo AEF, cujas ações de resposta à pandemia envolveram a distribuição de alimentos a grupos vulneráveis e ações de comercialização.

4. Metodologia

O presente trabalho se trata de um estudo de caso predominantemente qualitativo, sendo o Agroecology Fund o objeto do estudo. Assim, a metodologia foi constituída de três etapas: (a) revisão de literatura em torno da temática deste estudo, os CCC, incluindo a agroecologia, as organizações sociais, e os impactos da pandemia nos sistemas agroalimentares; (b) coleta de informações a partir dos documentos referentes aos relatórios elaborados pelas organizações executoras das iniciativas apoiadas pelo AEF, assim como de *webinars*, nos quais as organizações apresentaram as suas ações realizadas a partir do apoio do AEF; e (c) análise dos dados, feita a partir da identificação e caracterização de assuntos recorrentes nos relatórios e nos *webinars*, e sua discussão com os elementos teóricos apresentados no item anterior.

5. Resultados e discussões

5.1. Caracterização das organizações

Das 21 organizações estudadas, 11 são organizações de agricultores (52%), enquanto oito (38%) delas são ONGs não compostas por agricultores, mas que apoiam os mesmos. As outras são uma rede de agricultores e uma rede de ONGs. A maioria das organizações (67%) possui atuação de abrangência nacional, enquanto as outras têm abrangência local (10%), regional (10%), continental (10%) e internacional (5%)⁴.

5.2. Caracterização das iniciativas

As 21 iniciativas analisadas neste estudo foram implementadas em 16 países, oito delas na África, sete nas Américas, quatro na Ásia e duas na Europa.

Os CCC promovidos apoiaram pelo menos 3613 pequenos agricultores, sendo eles majoritariamente rurais (86% das iniciativas), mas também agricultores periurbanos (24%) e urbanos (10%). De todos, 90% eram agricultores agroecológicos⁵. Ao mesmo tempo, 95% das iniciativas distribuíram alimentos em áreas urbanas e 38% em áreas rurais.

⁴ Mesmo que as organizações possam ter abrangência nacional, continental ou internacional, as ações da pandemia foram realizadas em um território mais localizado.

⁵ 10% correspondem a duas iniciativas em processo de transição agroecológica.

5.3. Desafios impostos pela pandemia da Covid-19

5.3.1. Medidas de restrição

As medidas de restrição impostas pelos governos para reduzir a disseminação do vírus causaram grandes desafios nos circuitos (curtos e longos) de comercialização de alimentos. Algumas dessas dificuldades foram apontadas pelas organizações como justificativas para promover CCC. Das 21 iniciativas, 13 citaram as dificuldades de mobilidade como um dos principais desafios. Essas restrições na mobilidade incluem bloqueio de mobilidade entre territórios e proibição do transporte público. Como consequências, afetaram a capacidade dos agricultores e os consumidores em acessarem os mercados, além de impedirem o deslocamento de trabalhadores rurais (que migram entre territórios), ocasionando prejuízos nos locais que dependem de contratação de mão-de-obra e prejuízo na renda das famílias que dependem da venda de mão de obra. Houve também uma redução da produção, em alguns casos pela dificuldade de acesso ao mercado de insumos, principalmente de sementes. Outro efeito negativo das restrições impostas em função da Covid-19 foi a impossibilidade de comercialização informal, já que em algumas localidades, como no Quênia e na África do Sul, só era possível transportar alimentos com licença específica para isso.

Os desafios apontados pelas organizações apoiadas pelo AEF estão em linha com o que ocorreu em outras partes do mundo. Em países da América Latina, o estudo de Salazar et al. (2020) indicou que 65% dos agricultores tiveram suas vendas afetadas durante a pandemia, sendo as restrições na mobilidade a maior causa. Além disso, 67% os agricultores relataram uma queda no preço de comercialização. O mesmo estudo relatou que metade dos agricultores tiveram problemas para adquirir insumos, e 40% deles foram afetados pela falta de mão de obra rural, ambos problemas causados pelas restrições na mobilidade.

O fechamento de pontos de comércio de alimentos foi outra medida de restrição apontada por 8 das iniciativas apoiadas pelo AEF. As medidas de fechamento de mercados afetaram sobretudo pequenos mercados locais e feiras, sendo que os supermercados foram menos afetados. Essa mesma situação se repetiu em outros países, com o destaque para o fechamento das feiras. Além de prejudicar a comercialização dos agricultores, isso ocasionou uma maior dependência dos consumidores em relação aos supermercados, que possuem preços mais altos que os outros canais (JALES, 2021).

Por último, a paralisação do turismo ocasionou a perda de mercado para agricultores de duas iniciativas apoiadas pelo AEF. Esses agricultores atuavam diretamente com

agroturismo ou ecoturismo, e automaticamente perderam parte significativa da sua renda. Da mesma forma, agricultores de duas iniciativas perderam mercado pelo fechamento de hotéis e restaurantes.

5.3.2. Desemprego, renda e inflação

O aumento do desemprego e o aumento dos preços dos alimentos nos supermercados foram citados por 33% e 29%, respectivamente, das iniciativas, problemas esses que implicaram em um crescimento no número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Esses desafios que afetaram o consumo foram outra justificativa apontada pelas organizações para promover os CCC, especialmente os envolvidos em doações ou comercialização a preços solidários, mas também, como visto anteriormente, pelo potencial de proporcionarem preços mais baixos (ROVER, RAMOS e MIRANDA, 2020).

Estima-se que o número de desempregados cresceu 33 milhões em nível mundial em 2020, sendo que as Américas foram as regiões mais afetadas, com aumento de 3,1% do desemprego em relação a 2019. Essa região foi também a que registrou a maior perda de renda advinda do trabalho (10,3%), seguida pela África (9,4%) e Europa e Ásia Central (8,7%). A média mundial de perda de renda advinda do trabalho foi estimada em 8,3% (OIT, 2021).

A inflação do preço dos alimentos teve uma alta variação entre as regiões do mundo em 2020, com destaque para a América Latina e Caribe, que chegou a registrar inflação acumulada de 18,3% em dezembro. Algumas regiões tiveram uma alta nos preços dos alimentos principalmente no início da pandemia (Ásia e Europa), enquanto outras viram um aumento mais pronunciado no final do ano (África e Oceania), ou com pouca variação anual (América do Norte e América Latina e Caribe) (Tabela 1).

Tabela 1. Inflação alimentar acumulada em 2020 (%)

Regiões	Abril	Agosto	Dezembro
África	8,8	8,1	11,3
América do Norte	4,1	4,4	3,7
América Latina e Caribe	17,3	17	18,3
Ásia	8,8	8,6	5,5
Europa	3,4	1,5	1
Oceania	7,3	7,7	11,2
Mundo	6,9	6,5	5,7

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados de FAOSTAT (2020).

5.4. Formas de comercialização promovidas através de CCC

Das 21 iniciativas analisada neste estudo, 13 promoveram CCC visando a comercialização da produção de agricultores com dificuldades de acesso aos mercados, e assim garantir a manutenção da renda durante a pandemia. Essas iniciativas, na maioria dos casos, empregaram mais de uma forma de comercialização. De outra maneira, cinco iniciativas realizaram ações de ajuda emergencial à população em situação de insegurança alimentar, buscando aliviar a falta de acesso a alimentos. Além dessas, três iniciativas implementaram ações de resposta nessas duas áreas.

5.4.1. Iniciativas direcionadas à população em insegurança alimentar

Todas as oito iniciativas que implementaram ações emergenciais de apoio à população em situação de vulnerabilidade alimentar, compraram alimentos diretamente dos agricultores e distribuíram para as famílias que estavam sem acesso adequado aos alimentos. Nesse grupo, duas distribuíram os alimentos gratuitamente, quatro realizaram comercialização a preços solidários, e duas implementaram os dois tipos de ação. Três iniciativas tiveram apoio de autoridades locais para mapeamento dos beneficiários e/ou auxílio na distribuição dos alimentos.

Das iniciativas que comercializaram a preços solidários, umas delas promoveu, em parceria com a Granville Community Kitchen, a *Good Food Box*. Nessa forma inovadora de comercialização realizada em Londres, os consumidores efetuam um pagamento mensal, e retiram semanalmente uma caixa de alimentos de tamanho e conteúdo pré-definido. O diferencial é o sistema de preços, em que há a possibilidade de o consumidor escolher entre três preços (para o mesmo tamanho de caixa), o mais baixo, o intermediário e o maior. Assim, os consumidores de maior renda contribuem para que aqueles de menor renda consigam ter acesso a alimentos de qualidade (GCK, 2021). Experiências como essa representam bem o já citado elemento “economia circular e solidária” da agroecologia (FAO, 2018). Nesse caso, os consumidores com maiores recursos financeiros alimentam o circuito para que os preços permaneçam justos para todos, colaborando para que a agroecologia cumpra seus princípios sociais e seja eficaz como um sistema alimentar sustentável.

As iniciativas que distribuíram alimentos gratuitos foram executadas por três organizações de agricultores e uma ONG. Como visto, CCC promovidos por ONGs podem não ter sustentabilidade a longo prazo (BARRIONUEVO et al., 2020), por depender da

continuidade dos projetos de apoio⁶. Isso é especialmente verdade no caso das compras para doação, já que os recursos que remuneram os agricultores são exclusivamente advindos dos projetos. Essas iniciativas foram similares (em menor escala) às políticas de compras realizadas pelos poderes públicos para promover o acesso à alimentação por populações em situação de insegurança alimentar e nutricional⁷. Elas demonstraram agilidade no sentido de resposta imediata a um problema emergencial, algo que nem sempre é feito pelo poder público. Iniciativas emergenciais de alívio são necessárias ao passo que os sistemas alimentares não cumprem seu objetivo central de garantir o acesso a alimentos de qualidade para todos (ALTIERI e NICHOLLS, 2012). Adicionalmente, os programas de compras públicas são um mecanismo considerado eficaz dentro do elemento “governança responsável” da agroecologia, garantindo mercado para os agricultores agroecológicos, e alimento aos que precisam (FAO, 2018).

5.4.2. Iniciativas direcionadas a agricultores com dificuldades de comercialização

5.4.2.1. Mercados Populares e Feiras

Das iniciativas estudadas, seis tiveram como pelo menos uma das estratégias a comercialização em mercados populares, sendo eles locais (rurais) ou urbanos. As ações realizadas foram de apoio a mercados já existentes, estabelecimento de novos mercados, ou ainda o apoio no transporte dos alimentos até os mercados. Esses mercados são pontos de comercialização de produtos alimentares frescos, sendo fixos e com funcionamento em todos (ou quase todos) os dias. Ainda que esse tipo de comercialização não se encaixe em venda direta, existe a presença de apenas um intermediário, em alguns casos, sendo a própria organização apoiada pelo AEF. Logo, podem ser considerados exemplos de CCC (CHAFFOTTE e CHIFFOLEAU, 2007).

As feiras agroecológicas diferem dos mercados populares por não possuírem estrutura física fixa, e abrirem normalmente um dia por semana, tendo sido implementadas por duas iniciativas estudadas. Como já apontado, algumas das principais dificuldades dos pequenos agricultores estão nos custos de logística, na pequena diversidade e na falta de

⁶ Essas iniciativas que começam com algum apoio a fundo perdido podem abrir portas para outras iniciativas de longo prazo. Isso será discutido mais adiante.

⁷ Como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil, que durante a pandemia em 2020, apoiou mais de 31 mil agricultores familiares, sendo cerca de 23 mil mulheres, para a comercialização de 77,4 mil toneladas de alimentos destinados à doação. 15% do total apoiado corresponde a Povos de Comunidades Tradicionais (PCTs), indígenas e quilombolas. (CONAB, 2021).

regularidade de oferta, o que pode comprometer a competitividade nos preços, o interesse dos consumidores e o poder de negociação com intermediários. Isso é especialmente importante para os agricultores agroecológicos, visto que a agroecologia prioriza a biodiversidade, algo é inversamente proporcional a grandes escalas. Assim, as feiras, ao reunirem vários pequenos agricultores, têm o potencial de contornar os desafios de oferta e serem boas alternativas para a comercialização de alimentos agroecológicos. Somando-se a isso, as organizações de agricultores têm função importante no sucesso das feiras pelo potencial de diminuir os custos de logística (BEBBINGTON, 1999; HLPE. 2019; ROVER, RAMOS e MIRANDA, 2020; VITERI, VITALE, e QUINTEROS, 2020).

5.4.2.2. Lojas e quiosques

Pequenos pontos fixos de comercialização foram estabelecidos por cinco iniciativas, sendo três lojas, e dois quiosques. Essas iniciativas são divididas em: 1- Pontos de Venda Coletiva (PVC), administrados por produtores de uma região, encarregados de realizar a comercialização de produtos de um grupo de produtores membros (comercialização direta); ou ainda 2- Lojas Especializadas, quando as organizações realizam a compra dos produtos e comercializam (comercialização indireta). As duas situações se encaixam no conceito de CCC (DAROLT, 2013).

5.4.2.3. Lojas móveis e pop-up

Lojas de caráter não fixo foram criadas por quatro iniciativas, sendo do tipo móvel e/ou lojas pop-up.

As lojas pop-up são ambientes efêmeros de comercialização. Uma das iniciativas adotou esse conceito de mercado para levar seus produtos para comercializar em diálogos, campanhas e comícios. Assim, gerando renda, fornecendo alimentos e fazendo trabalho de incidência política ao mesmo tempo. Durante a pandemia, essa iniciativa também aderiu às ferramentas digitais para promover e permitir encomendas dos alimentos (KMP, 2021).

As lojas móveis utilizam veículos automotores, que se deslocam com os produtos podendo comercializar em diversos locais. Duas iniciativas aderiram a essa forma de comercialização durante a pandemia, a fim de comercializar e promover produtos de agricultores agroecológicos.

5.4.2.4. Ferramentas digitais

Das iniciativas estudadas, seis fizeram o uso das ferramentas digitais para promover CCC. Dessas, cinco utilizaram redes sociais ou aplicativos para criar canais de comercialização, e uma desenvolveu um mapa interativo para dar visibilidade aos agricultores e criar comercialização direta entre agricultor e consumidor.

Como apresentado previamente, as ferramentas digitais, no papel de plataformas de comércio eletrônico, podem ser consideradas uma forma de CCC (FAZZONE e ORREGO, 2021), tendo o potencial de favorecer preços justos aos agricultores e consumidores, e ser peça importante para o desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis (FAO e CEPAL, 2020). Logo, ONGs e organizações de agricultores, como as apoiadas pelo AEF, possuem um papel fundamental, ao servirem de exemplo na promoção das ferramentas digitais, assim como identificar e divulgar os desafios do seu uso.

5.4.2.5. Nós de consumo

Esse tipo de comercialização, realizado por uma das iniciativas, é feito de forma coletiva, na qual um grupo de consumidores (nó) realiza a encomenda dos *bolsones*, que são sacolas de frutas e hortaliças agroecológicas, sendo entregues ao coordenador do nó, que muitas vezes são organizações de base e intermediários solidários de instituições públicas. Assim, os participantes do nó retiram os *bolsones* com o coordenador, sendo que em alguns nós, o coordenador se encarrega da entrega em domicílio. Os nós de consumo reduzem os custos de logística e favorecem preços justos de comercialização, sendo exemplo bem-sucedido de CCC amplamente utilizado como solução durante a pandemia na América do Sul, principalmente na Argentina (NIÑO e VÁZQUEZ, 2019; UTT, 2021; URCOLA e NOGUEIRA, 2020; VITERI, VITALE, e QUINTEROS, 2020).

5.4.2.6. Agricultura apoiada pela comunidade

Uma das iniciativas promoveu esse tipo de comercialização, que funciona como um acordo em que os consumidores pagam antecipadamente e dividem os riscos da produção com os agricultores, e posteriormente recebem as cestas de alimentos. Como vantagens, tem-se a não necessidade de acesso a créditos bancários, a comercialização garantida, preços mais baixos e alimentos saudáveis ao consumidor, e relação de confiança estabelecida entre agricultores e consumidores (COOLEY e LASS, 1998).

Formas derivadas desse tipo de comercialização também têm demonstrado sucesso, como é o caso das Células de Consumidores Responsáveis (CCR), que consiste em uma forma de assinatura na qual os consumidores pagam mensalmente e antecipadamente. Nesse caso, as cestas de alimentos são entregues semanalmente em pontos estratégicos (MIRANDA et al., 2021).

5.5. Desafios na execução das iniciativas pelas organizações

A manutenção de medidas de restrição rigorosas, que causaram os impactos nos sistemas alimentares discutidos anteriormente, também dificultou a execução das iniciativas, sendo citada por 11 organizações como desafio na promoção dos CCC.

As iniciativas analisadas foram implementadas em países que adotaram medidas bastante rigorosas, com destaque para Argentina, Índia, e Filipinas, com índice máximo de restrição. A maioria desses países diminuiu as medidas de restrição durante o ano, porém passaram a maior parte do tempo com medidas rigorosas (Tabela 2), o que atrapalhou a ação das organizações.

Tabela 2. Índice das medidas de restrição impostas pelos governos dos países onde ocorreram as iniciativas apoiadas pelo AEF. Essa é uma medida baseada em 9 indicadores, como fechamento de escolas, locais de trabalho e proibições de viagens. Os valores variam de 0 (menos estrito) a 100 (mais estrito).

País / Data	15/04/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
África do Sul	88	77	72	45
Argentina	100	89	88	79
Bolívia	96	89	81	47
Colômbia	84	87	71	60
Filipinas	100	83	69	65
Gana	86	56	44	39
Índia	100	88	86	69
Indonésia	72	68	69	62
Itália	94	58	53	83
Peru	94	90	85	79
Quênia	89	86	70	57
Reino Unido	80	71	66	73
Rep. Dominicana	93	87	79	63
Tailândia	79	59	44	50
Togo	73	54	49	61
Uganda	94	84	81	47

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados de Hale et al. (2021)

Além dos desafios decorrentes das medidas de restrição, quatro iniciativas tiveram dificuldades em relação à logística, sendo no armazenamento dos alimentos frescos, e/ou no transporte. Os problemas de armazenamento foram em razão da indisponibilidade de estrutura frigorífica, enquanto os problemas de transporte se deram em função da amplitude geográfica⁸, o que encareceu os custos. Os investimentos em logística, segundo Darolt (2013), estão entre as principais dificuldades dos agricultores envolvidos em CCC, assim como a falta de mão de obra; a necessidade de múltiplas competências para gestão da produção, transformação e comercialização; as regras restritivas da vigilância sanitária; e por fim a maior complexidade no planejamento da produção.

Por último, duas iniciativas relataram desafios na adoção das ferramentas digitais, sendo na dificuldade do uso pela falta de conhecimento, e pelo alto custo e baixa qualidade da internet. Conforme visto anteriormente, esses são problemas comuns na digitalização da agricultura.

5.6. Oportunidades que surgiram com a execução das iniciativas

Efeitos positivos indiretos foram relatados pelas organizações, sendo o estreitamento de relações com autoridades citado por nove iniciativas, e a visibilidade e suporte de fundos a esses e outros projetos apontado por quatro iniciativas⁹. Uma rede ampla e densa de aliados, incluindo o poder público, é um dos fatores de êxito em experiências de CCC. Esse apoio, assim como de outros fundos, facilita a continuidade dos trabalhos e aumenta o potencial de sustentabilidade a longo prazo (BARRIONUEVO et al., 2020).

5.7. Lições aprendidas com a execução das iniciativas

A principal lição citada pelas organizações (sete relataram isso) é a grande capacidade dos agricultores e da comunidade de gerar soluções inovadoras em momentos de crise. Essas inovações estão representadas pelo princípio 8 da agroecologia “co-criação do conhecimento” (HLPE, 2019), que diz respeito, além da co-criação, ao “compartilhamento horizontal de conhecimento, incluindo inovação local e científica, especialmente por meio do intercâmbio de agricultor para agricultor”.

De acordo com um estudo de caso conduzido por Barrionuevo et al. (2020), envolvendo seis iniciativas de CCC em países latinos, as experiências mais exitosas

⁸ A amplitude geográfica se refere principalmente à distância entre os agricultores, o que dificultou o acesso a eles e a agregação dos alimentos adquiridos

⁹ Duas são organizações de agricultores, uma é ONG e uma é rede de ONGs.

encontraram formas inovadoras e criativas para atender a demanda, sendo algumas delas: i) obter um maior número de agricultores associados; ii) formar associações entre as organizações de agricultores; iii) estabelecer sistemas participativos de garantia; iv) combinar diferentes canais de comercialização; v) oferecer cestas personalizáveis. Além dessas, o mesmo estudo citou duas soluções decorrentes da pandemia e que serão benéficas se implementadas permanentemente: i) boas práticas de organização do espaço de venda; ii) uso de aplicativos para promoção, realização e controle dos pedidos feitos com sistemas de pagamento online.

Outra lição, apresentada por seis organizações, é o potencial dos CCC de oferecerem preços mais justos para os agricultores e para os consumidores. Como visto previamente, esse é um dos potenciais dos CCC (RODRÍGUEZ e ZULUAGA, 2021). As organizações alertam corretamente que, independentemente da forma de comercialização, é importante oferecer alimentos em grande quantidade e diversidade, pois o contrário desfavorece a adesão dos consumidores, sendo a cooperação entre agricultores fundamental para isso. Essa lição está de acordo com Bebbington (1999), citado neste trabalho por apontar a importância das organizações de agricultores na facilitação da comercialização.

Finalmente, cinco organizações citaram a maior resiliência da agroecologia e dos sistemas alimentares localizados de oferecerem alimentos em momentos de crise. Assim, é necessário esclarecer o que é um sistema alimentar resiliente, que pode ser definido como um sistema capaz de fornecer alimentos suficientes, adequados e acessíveis a todos, face a perturbações diversas e mesmo imprevistas (TENDALL et al., 2015). A potencial resiliência desses sistemas emerge de algumas características importantes: i) a maior diversidade de alimentos produzida. Essa riqueza de espécies e variedades contribui para uma maior resiliência em relação a mudanças climáticas e eventos meteorológicos desfavoráveis (SWIDERSKA et al., 2011), assim como pode favorecer a saúde dos consumidores pelo maior equilíbrio nutricional (FAO, 2009); ii) sistemas alimentares direcionados ao consumo local podem garantir a continuidade do fornecimento de alimentos em situações de impossibilidade de importação de alimentos (DOROSH e BABU, 2017); iii) a maior proximidade e relação de confiança entre agricultores e consumidores pode reduzir os desperdícios e favorecer preços justos. Além disso, os consumidores, ao exercerem um papel baseado no consumo responsável e solidário, fortalecem os sistemas alimentares (RODRÍGUEZ e ZULUAGA, 2021); iv) a menor dependência de insumos externos pode reduzir a vulnerabilidade dos agricultores a riscos econômicos (FAO, 2018).

5.8. Recomendações de políticas públicas

Baseadas nas lições aprendidas com a execução das iniciativas, as organizações fizeram recomendações de políticas públicas voltadas para a construção de sistemas agroalimentares resilientes. Assim, a adoção de políticas governamentais para a promoção dos sistemas alimentares localizados e dos CCC foi citada por 12 das 21 iniciativas. Conforme já visto, ambos fazem parte dos princípios da agroecologia (HLPE, 2019) e são fundamentais na resiliência dos sistemas agroalimentares (DOROSH e BABU, 2017; RODRÍGUES e ZULUAGA, 2021).

Como sugestões de políticas governamentais para a promoção dos sistemas alimentares localizados e dos CCC, foram citados o apoio a feiras, a facilitação no transporte e no armazenamento dos alimentos, a disponibilização de ferramentas digitais aos agricultores, e o incentivo à produção agroecológica e à agricultura urbana.

O papel das autoridades locais no sucesso das feiras é importante, ao autorizar o uso do espaço público, e a estabelecer práticas de bom funcionamento por meio da regulação. Mais ainda, o poder público tem a função de garantir que os alimentos comercializados sejam de qualidade e seguros para o consumo. Treinamentos e exigências de manuseio e armazenamento adequados dos alimentos são ferramentas eficazes para isso (ALCOBA e DUMRAUF, 2011).

As políticas públicas podem desempenhar um papel importante no processo de digitalização da agricultura de maneira a evitar a exclusão dos pequenos agricultores. Essas devem objetivar o estabelecimento das condições básicas para o uso dos recursos digitais, como infraestrutura, acessibilidade e educação (FAO, 2019), especialmente no que se diz respeito a alfabetização digital (RODRÍGUEZ e ZULUAGA, 2021). Outra medida necessária é o estímulo a empresas intermediárias envolvidas no comércio eletrônico social (FAO e CEPAL, 2020), além das incubadoras, aceleradoras e grupos de inovação tecnológica (FAZZONE e ORREGO, 2021). Por último, a promoção dos sistemas de rastreabilidade é importante ao garantir a inocuidade dos alimentos, assim como dar visibilidade e reconhecimento aos agricultores que produzem de maneira respeitosa ao meio ambiente, e para valorizar a produção local e a identidade territorial (FAZZONE e ORREGO, 2021).

Além disso, foi apontada por quatro organizações a importância das compras públicas, seja para proteger os pequenos agricultores, promover a agroecologia, e garantir segurança alimentar e nutricional para consumidores em situação de vulnerabilidade.

6. Conclusões

Esse estudo analisou os CCC promovidos por ONGs e organizações de agricultores apoiadas pelo Agroecology Fund durante a pandemia da Covid-19. Constatou-se que as medidas de restrição causaram muitas dificuldades na comercialização de alimentos no mundo todo, para agricultores e consumidores, e para as organizações sociais que executaram as iniciativas estudadas por este trabalho. Apesar disso, essas organizações realizaram um papel fundamental para aliviar os problemas decorrentes das medidas de restrição. Os CCC promovidos por elas foram eficazes em fornecer mercado aos pequenos agricultores e alimentos aos consumidores, e eles devem continuar sendo executados para promover sistemas alimentares mais resilientes.

Por fim, a pandemia expôs as fragilidades dos sistemas alimentares e as desigualdades sociais. As medidas de restrição impostas não foram suficientes para conter a disseminação do vírus, e acabaram prejudicando a população, principalmente os mais pobres, diminuindo ainda mais a sua renda, e dificultando o acesso a uma alimentação saudável, algo que os deixa mais vulneráveis à doença pela provável redução na imunidade. Assim, a pandemia da Covid-19 deve servir de aprendizado para que a sociedade esteja mais preparada para outras possíveis pandemias ou eventos que afetem a distribuição de alimentos, assim como deve exercer a função de catalisadora de mudanças estruturais de caráter social, econômico e político, para que o mundo possa se tornar mais justo, saudável e resiliente.

Referências

- AGROECOLOGY FUND. **COVID-19 Emergency Response**. 2020. Disponível em: <https://www.agroecologyfund.org/>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- ALCOBA, D., DUMRAUF, S. **Agricultura Familiar, del productor al consumidor**. Apuntes para el análisis de las ferias y mercados de la agricultura familiar en Argentina. Ediciones INTA. 2011
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica. *Agroecología*, v. 7, n. 2, p. 65-83, 2012.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, jan. 2010.
- Banco Mundial. 2019. The future of digital in Uruguay's agri-food system. 2019. [Citado el 10 de junio de 2020]. <https://blogs.worldbank.org/latinamerica/future-digital-uruguaysagri-food-system>
- BARRIONUEVO, N. et al. Circuitos alternativos de comercialización en el marco de la crisis del COVID-19. Análisis de Coyuntura en tiempos del COVID-19 nº 6, junio 5, 2020. Santiago. RIMISP, 2020
- BAVA, Silvio Caccia. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. In: HEINRICH BÖLL FOUNDATION (ed.). **Um Campeão Visto de Perto**: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012. p. 178-187. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2012/07/16/um-campeao-visto-de-perto-uma-analise-do-modelo-de-desenvolvimento-brasileiro-0>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- BEBBINGTON, Anthony. Capitals and Capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**, [S.L.], v. 27, n. 12, p. 2021-2044, dez. 1999. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0305-750x\(99\)00104-7](http://dx.doi.org/10.1016/s0305-750x(99)00104-7).
- CHAFFOTTE, L., CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. *Cahiers de l'Observatoire CROC*, n. 1 et 2, fev/mar, 2007.
- CONAB. **Em ano de pandemia, apoio à comercialização pelo PAA garante R\$ 7 mil por agricultor**. 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3798-em-ano-de-pandemia-apoio-a-comercializacao-pelo-paa-garante-r-7-mil-por-agricultor-familiar>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- COOLEY, Jack P.; LASS, Daniel A. Consumer Benefits from Community Supported Agriculture Membership. **Review Of Agricultural Economics**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 227, 1998. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.2307/1349547>.
- CRAWFORD, I.M. **Agricultural and food marketing management**. Rome: Fao, 1997. Disponível em: <http://www.fao.org/3/W3240E/W3240E00.htm>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- DAROLT, Moacir Roberto. CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ECOLÓGICOS: RECONECTANDO PRODUTORES E CONSUMIDORES. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

DEININGER, Klaus; BYERLEE, Derek. The Rise of Large Farms in Land Abundant Countries: do they have a future? **World Development**, [S.L.], v. 40, n. 4, p. 701-714, abr. 2012. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2011.04.030>.

DOROSH, P.A., BABU, S.C. **From famine to food security**: Lessons for building resilient food systems. IFPRI Policy Brief. Washington, DC. 2017.

EAKIN, Hallie *et al.* Identifying attributes of food system sustainability: emerging themes and consensus. **Agriculture And Human Values**, [S.L.], v. 34, n. 3, p. 757-773, 15 nov. 2016. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10460-016-9754-8>.

ERICKSEN, Polly J. Conceptualizing food systems for global environmental change research. **Global Environmental Change**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 234-245, fev. 2008. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2007.09.002>.

FAO et al. **The State of Food Security and Nutrition in the World**: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Roma: FAO, 2021.

FAO, CEPAL. **Sistemas alimentarios y COVID-19 en América Latina y el Caribe**: La oportunidad de la transformación digital. Boletín N.º8. Santiago, FAO. 2020.

FAO. Indigenous peoples' food systems: the many dimensions of culture, diversity y environment for nutrition y health. H.V. Kuhnlein, B. Erasmus & D. Spigelski, eds. Rome, 2009.

FAO. Tecnologías digitales en la agricultura y las zonas rurales documento de orientación. 2019. Acesso em: 24 ago. 2021. <http://www.fao.org/3/ca4887es/ca4887es.pdf>.

FAO. **The 10 elements of agroecology**: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems. Roma: Fao, 2018.

FAZZONE, Marcos Rodríguez; ORREGO, Juan Zuluaga. CONFORMACIÓN DE TERRITORIOS AGROALIMENTARIOS RESILIENTES MEDIANTE PROCESOS DE COOPERACIÓN Y COGESTIÓN. Estudio de caso: Colombia. In: SILVA, José Graziano da *et al.* **Sistemas alimentarios en América Latina y el Caribe**: desafíos en un escenario pospandemia...: Panamá, Fao y Cides, 2021. p. 159-186.

FERNANDES, Lúcio André de O.; WOODHOUSE, Philip J. Family farm sustainability in southern Brazil: an application of agri-environmental indicators. **Ecological Economics**, [S.L.], v. 66, n. 2-3, p. 243-257, jun. 2008. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2008.01.027>.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. FAOSTAT Statistical Database. [Rome]: FAO, 2020.

Fundación Agrecol Andes. **Lanzamiento Móvil BOLSALUDABLE en Cochabamba**. 2021. Disponível em: <https://www.agrecolandes.org/lanzamiento-movil-bolsaludable-en-cochabamba/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

GAITÁN-CREMASCHI, Daniel *et al.* Characterizing diversity of food systems in view of sustainability transitions. A review. **Agronomy For Sustainable Development**, [S.L.], v. 39, n. 1, p. 1-22, 17 dez. 2018. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s13593-018-0550-2>.

GSK - Granville Community Kitchen. **Good Food Box**. Disponível em: <http://granvillecommunitykitchen.org.uk/good-food-box/>. Acesso em: 31/08/21

HALE, Thomas; ANGRIST, Noam; GOLDSZMIDT, Rafael; KIRA, Beatriz; PETHERICK, Anna; PHILLIPS, Toby; WEBSTER, Samuel; CAMERON-BLAKE, Emily; HALLAS, Laura; MAJUMDAR, Saptarshi. A global panel database of pandemic policies (Oxford COVID-19 Government Response Tracker). **Nature Human Behaviour**, [S.L.], v. 5, n. 4, p. 529-538, 8 mar. 2021. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/s41562-021-01079-8>.

HLPE. **Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition**.: a report by the high level panel of experts on food security and nutrition of the committee on world food security. Roma: Hlpe, 2019.

JALES, Mario. EL IMPACTO DE LA PANDEMIA DE COVID-19 EN LA OFERTA Y LA DEMANDA DE PRODUCTOS ALIMENTARIOS EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. In: SILVA, José Graziano da *et al.* **Transformación de los sistemas alimentarios: desafíos en un escenario pospandemia**.: Panamá, Fao y Cides, 2021. p. 19-52.

KMP. **Farmers sell veggies on Facebook to overcome economic impact of COVID-19 lockdown**. 2021. Disponível em: <https://peasantmovementph.com/2020/03/26/farmers-sell-veggies-on-facebook-to-overcome-economic-impact-of-covid-19-lockdown/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

KOHL, Richard L. Marketing of agricultural products. New York: Mcmillan, 1972. BU

KUHNLEIN, H V; RECEVEUR, O. Dietary Change and Traditional Food Systems of Indigenous Peoples. **Annual Review Of Nutrition**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 417-442, jul. 1996. Annual Reviews. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.nu.16.070196.002221>.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; ESCOSTEGUY, Isadora Leite; ROVER, Oscar José; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Construção social de mercados orgânicos: o caso das células de consumidores responsáveis em florianópolis-sc. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 59, n. 2, p. 1-14, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.220071>.

MUGGAH, Robert; ROHOZINSKI, Rafal; GOLDIN, Ian. **The dark side of digitalization – and how to fix it**. 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2020/09/dark-side-digitalization/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

NIÑO, Laura Andrea; VÁZQUEZ, Cristian. Construcción de mercados alternativos y organización del consumo: una experiencia desde la universidad pública. **Revista de Ciencias Sociales**, [s. l], v. 35, p. 101-115, jan. 2019.

OIT (Organización Internacional del Trabajo). Observatorio de la OIT: El COVID-19 y el mundo del trabajo. Séptima edición. Ginebra (Suiza), 2021.

PACHECO, Fábio Pierre Fontenelle. Um Brasil desconhecido por muitos brasileiros – Agroecologia como Solução para as Crises Alimentar, Ecológica e Social. In: HEINRICH BÖLL FOUNDATION (ed.). **Um Campeão Visto de Perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012. p. 188-197.

Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2012/07/16/um-campeao-visto-de-perto-uma-analise-do-modelo-de-desenvolvimento-brasileiro-0>. Acesso em: 14 jul. 2021.

RICCIARDI, V., MEHRABI, Z., WITTMAN, H. *et al.* Higher yields and more biodiversity on smaller farms. *Nat Sustain* (2021). <https://doi.org/10.1038/s41893-021-00699-2>

RODRÍGUEZ, Marcos; ZULUAGA, Juan. Conformación de territorios agroalimentarios resilientes mediante procesos de cooperación y cogestión.: estudio de caso: colombia. In: SILVA, José Graziano da *et al.* **Sistemas alimentarios en América Latina y el Caribe: desafíos en un escenario pospandemia.**: Panamá, Fao y Cides, 2021. p. 159-186.

ROLANDI, Silvia *et al.* The Digitalization of Agriculture and Rural Areas: towards a taxonomy of the impacts. **Sustainability**, [S.L.], v. 13, n. 9, p. 5172, 6 maio 2021. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su13095172>.

ROSER, Max; RITCHIE, Hannah. **Food Supply**. 2013. Disponível em: <https://ourworldindata.org/food-supply>. Acesso em: 18 set. 2021.

ROSSON, Philip. Changing Traditional Distribution Systems: Fish Marketing In Tanzania. **Journal Of Physical Distribution**, [s. l], v. 4, n. 5, p. 305-316, abr. 1974. Disponível em <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb014323/full/html>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ROVER, Oscar José; RAMOS, Pablo Saravia; MIRANDA, Dayana Lilian Rosa. AGROECOLOGY AND MARKETS: where are we going? In: MOSSI, Áltermir José; PETRY, Claudia; REICHERT JUNIOR, Francisco Wilson (ed.). **Agroecology: insights, experiences and perspectives**. New York: Nova Science Publishers, 2020. p. 119-139.

SALAZAR, L., SCHLING, M., PALACIOS, A., PAZOS, N. Retos para la agricultura familiar en el contexto del COVID-19: evidencia de productores en ALC. Banco Interamericano de Desarrollo, 2020. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/retos-para-la-agricultura-familiar-en-el-contexto-del-covid-19-evidencia-de-productores-en-alc>

SILVA, José Graziano da. Transformación de los sistemas alimentarios: un desafío planetario. In: SILVA, José Graziano da *et al.* **Sistemas alimentarios en América Latina y el Caribe: desafíos en un escenario pospandemia.**: Panamá, Fao y Cides, 2021. p. 1-18.

SOTOMAYOR, Octavio *et al.* DIGITALIZACIÓN DEL SISTEMA ALIMENTARIO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: ESTADO DEL ARTE, TENDENCIAS Y DESAFÍOS. In: SILVA, José Graziano da *et al.* **Sistemas alimentarios en América Latina y el Caribe: desafíos en un escenario pospandemia.**: Panamá, Fao y Cides, 2021. p. 187-212.

SWIDERSKA, K., REID, H., SONG, Y., LI, J., MUTTA, D., ONGOGU, P., MOHAMED, P., OROS, R., BARRIGA, S. The role of traditional knowledge y crop varieties in adaptation to climate change y food security in SW China, Bolivian Andes y coastal Kenya. In Proceedings of UNU-IAS Workshop on Indigenous Peoples, Marginalised Populations y Climate Change: Vulnerability, Adaptation y Traditional Knowledge, pp. 19-21, Mexico City, Mexico, 2011.

TEFFT, James *et al.* **Urban food systems governance: current context and future opportunities**. Roma: Fao And The World Bank, 2020.

TENDALL, D.M. *et al.* Food system resilience: defining the concept. **Global Food Security**, [S.L.], v. 6, p. 17-23, out. 2015. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.gfs.2015.08.001>.

URCOLA, Marcos Andrés; NOGUEIRA, María Elena. Producción, abastecimiento y consumo de alimentos en pandemia. El rol esencial de la agricultura familiar en la territorialidad urbano-rural en Argentina. **Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial**, [S.L.], v. 1, n. 18, p. 29-48, 14 dez. 2020. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ecuador (FLACSO). <http://dx.doi.org/10.17141/eutopia.18.2020>.

UTT – Unión de Trabajadores de La Tierra. **Comercialización**. Disponible em: <https://uniondetrabajadoresdelatierra.com.ar/comercializacion-2/>. Acceso em: 23 ago. 2021.

VITERI, M. L., VITALE, J. A., QUINTEROS, G. Innovar en tiempos de pandemia. Agricultura familiar en la Argentina. Buenos Aires, Argentina: INTA. 2020. Disponible em: <https://inta.gob.ar/documentos/innovar-en-tiempos-de-pandemia-agricultura-familiar-en-la-argentina>

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C.. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy For Sustainable Development**, [S.L.], v. 29, n. 4, p. 503-515, dez. 2009. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1051/agro/2009004>.